

ACOSO SEXUAL EN REDES SOCIALES: VÍCTIMAS Y AGRESORES

SEXUAL HARASSMENT ON SOCIAL NETWORKS: VICTIMS AND HARASSERS

Sara Salgueirinho Silva
Instituto Universitário de Ciências de Saúde

Madalena Sofia Oliveira
Instituto Universitário de Ciências de Saúde
Universidad Complutense de Madrid/ Universidade do Minho

Carlos Silva Peixoto
Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens

Fecha de recepción: 22 de septiembre de 2020.

Fecha de aceptación: 15 de noviembre de 2020.

RESUMEN

En los últimos años, con el desarrollo de las tecnologías, han surgido nuevas tipologías de violencia - el cyberbullying, el grooming, el acoso sexual - que llevan a una preocupación en el nivel del impacto de las redes sociales en la sociedad. Con este estudio se pretendía evaluar las características de las víctimas, de los/las agresores/as, las estrategias utilizadas y su impacto en la vida de las personas, a través de una encuesta en línea. La muestra está compuesta por 543 participantes: 462 mujeres y 81 hombres, la totalidad refiere a utilizar las redes sociales. Los resultados muestran que el 51,7% de las personas denuncian haber sido víctimas de acoso sexual en las redes sociales digitales, en su mayoría mujeres, jóvenes y estudiantes. Aunque las víctimas consideran que los comportamientos perpetrados sobre ellas son perturbadores y les afectan negativamente, esta preocupación no se produce por el aumento del número de solicitudes de ayuda y denuncia. En este sentido, resulta crucial establecer medidas preventivas y alertar para la denuncia.

ABSTRACT

In recent years, with the development of technologies, new types of violence have emerged - cyberbullying, grooming, sexual harassment - which lead to a concern about the impact of social networks on society. This study aimed to evaluate the characteristics of the victims, of/of the aggressors/as, the strategies used and their impact on people's lives, through an online survey. The sample is composed of 543 participants: 462 women and 81 men, all reported using social networks. The results show that 51.7% report having been victims of sexual harassment on digital social

networks, are mostly women, young people and students. Although the victims consider the behaviors perpetrated on them as disturbing and negatively affecting them, this concern is not seen in the increase in the number of requests for help and reports made. In this sense, it is crucial to establish preventive actions and alert to the complaint.

PALABRAS CLAVE

Acoso; redes sociales; víctimas; agresores; tipologías de agresores;

KEYWORDS

Harassment; social networks; victims; harasser; types of harassment.

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO. 2. METODOLOGIA. 3. RESULTADOS. 4. DISCUSSÃO. 5. CONCLUSÃO. 6. BIBLIOGRAFIA.

SUMMARY

1. INTRODUCTION. 2. METHODOLOGY. 3. RESULTS. 4. DISCUSSION. 5. CONCLUSION. 6. BIBLIOGRAPHY.

1. INTRODUÇÃO

Desde a antiguidade, que a violência é uma realidade que acompanha os pensamentos e comportamentos de todos enquanto sociedade, manifestando-se sobre diversas formas. Uma das tipologias de violência que tem vindo a adquirir um maior interesse por parte da academia é o assédio sexual que inicialmente se focava somente no *offline*, porém com todo o desenvolvimento das tecnologias e com o surgimento das redes sociais, esta temática tem obtido uma dimensão *online*, permitindo as ligações rápidas. Havendo assim, uma maior facilidade para alguém se tornar vítima e o/a outro/a se tornar assediador/a (ASGVCV, 2016; Barak, 2005; Finn, 2004; Guan & Subrahmanyam, 2009; Lindsay & Krysik, 2012; Staude-Müller, Hansen & Voss, 2012).

A forma como se interligam, vão desde o uso do email, do Messenger (mensagens instantâneas), das redes sociais (Facebook, Instagram, Twitter...), através de salas de conversação online ou das simples salas de conversa dos jogos online (Guan & Subrahmanyam, 2009; Henry & Powell, 2016; Staude-Müller et al., 2012). De todos estes meios de ligação *online* entre o/a assediador/a e vítima, as redes sociais são o local mais popular.

As principais razões que os autores apontam estão relacionadas com as características da internet, intitulando-a como sendo o “paraíso” dos assediadores sexuais e dos *Cyberstalkers* (Bennett, Guran, Ramos & Margolin, 2011; Goodson, McCormick & Evans, 2001; Lindsay & Krysik, 2012). O ambiente de desinibição que é

proporcionado pelo anonimato, pela invisibilidade, pela fuga fácil, a possibilidade de criar facetas e truques, são os principais aspetos que facilitam o seu progresso (Barak, 2005; Finn, 2004; Henry & Powell, 2016; Staude-Müller et al., 2012). Com estas surgem os comportamentos antissociais e o isolamento que tornam a entidade agressora num ser indetetável, protegido e muito longínquo, indiciando assim, um ambiente fácil, propenso e apetecível para o agressor (Barak, 2005; Biber, Doverspike, Baznik, Cober & Ritter, 2002; Duggan 2014; Finn, 2004; Guan & Subrahmanyam, 2009; Henry & Powell, 2016; Hust, Marett, Lei, Chang, Ren, McNab & Adams, 2013; Lindsay & Krysik, 2012; MacPherson, Brown, Herold & Narayan, 2018; Tamaél, Alcará & Di Chiara, 2005).

O tema do assédio sexual tem sido bastante complexo, devido sensivelmente a dois fatores: à versatilidade de legislações que existe entre países e à falta de consenso por parte da comunidade científica (Barak, 2005). Contudo, entende-se que o assédio sexual é considerado um ramo do assédio em si, onde todo o comportamento é indevido, indesejado e de carácter sexual, que se manifesta sob forma verbal, não verbal e/ou física cercado por completo a liberdade e autodeterminação sexual. Tem como objetivo perturbar, intimidar, humilhar, coagir e ameaçar alguém (APAV, 2015; ASGVCV, 2016). Os comportamentos são muito diversificados e complexos, sendo interpretados pela vítima com mais ou menos tensão ofensiva consoante a sua suscetibilidade (Barak, 2005). A grande maioria, urge através do *cyberstalking* ou do chamado *bullying offline*, já que, as expressões nas redes são o reflexo da vida e postura no *offline*, havendo uma extensão de comportamentos (Bennett et al., 2011; Finn, 2004; Henry & Powell, 2016; Staude-Müller et al., 2012). Em termos práticos, este fenómeno, pode abranger uma série de ações, como por exemplo, a circulação de mensagens ou comentários sexistas, ofensivos e hostis; provocações indesejadas de cariz sexual; lançamento de boatos íntimos e mal-intencionados; ameaças, intimidações, chantagens ou a publicação de mensagens nas redes sociais sexualmente explícitas e indesejadas (APAV, 2015; ASGVCV, 2016; Barak, 2005; Bennett et al., 2011; Biber et al., 2002; Duggan, 2014; Finn, 2004; Guan & Subrahmanyam, 2009; Li, Kim & O'Boyle, 2017; Maas, Bray & Noll, 2019; MacPherson et al., 2018; Staude-Müller et al., 2012)

Pensar em assédio é o mesmo que pensar, em duas entidades: o/a assediador/a e a vítima. O assédio sexual é reconhecido, como sendo, uma grande temática de disparidade entre homens e mulheres.

Relativamente aos/as assediadores/as, sabe-se que a esmagadora maioria pertence ao sexo masculino, sendo que alguns estudos ainda relatam que os jovens e/ou adolescentes também eles do sexo masculino têm mais potencial para perpetuar o assédio neste meio interativo, por serem os que mais acedem às redes sociais tendo um alto conhecimento bilateral para o concretizar (Barak, 2005; Bennett et al., 2011; Guan & Subrahmanyam, 2009; Lindsay & Krysik, 2012). Tendem a abusar de uma postura autoritária, robusta e com foco no poder, no sentido de satisfazer todas as suas necessidades (Barak, 2005). Podem surgir como pessoas conhecidas (p.e. familiares, amigos, treinadores, ...) ou pessoas desconhecidas/estranhas (Barak, 2005; Finn, 2004).

Em relação às vítimas, estas são referidas como possuindo as características ideais, isto é, as características físicas, psicológicas, emocionais e circunstanciais...

(Henry & Powell, 2016; Lindsay & Krysik, 2012). São maioritariamente do sexo feminino sobressaindo-se as jovens e estudantes e as pertencentes às minorias sociais como as economicamente dependentes, as que trabalham em ambientes liderados pelo o homem, as imigrantes, as solteiras ou as pertencentes ao grupo LGBTIQ+ (p.e. transexuais, gays e/ou lésbicas) (APAV, 2015; ASGVCV, 2016; Bonar, Ngo, Philyaw-Kotov, Walton & Kusunoki, 2019; Finn, 2004; Hust, Adams, Willoughby, Ren, Lei, Ran & Marett, 2017; Hust, Marett, et al., 2013; Krieger, 2017; Li et al., 2017; Maas et al., 2019; MacPherson et al., 2018; Tamaél et al., 2005).

O assédio sexual nas redes sociais, apesar da dificuldade em encontrar consenso quanto à sua definição, é reconhecido, dentro deste meio interativo, como um problema que acarreta consequências e impactos que abrangem questões sociais, morais e económicas (Duggan, 2014). Consoante as características das vítimas e as suas perspetivas do que é ou não danoso, estas podem acarretar repercussões ao nível do desempenho laboral e escolar, levando assim ao surgimento de problemas económicos (Barak, 2005); perturbações e stress psicológico, baixa autoestima, ansiedade, angústia, vergonha, depressão ou solidão (Finn, 2004); problemas diretos na saúde como as dores de cabeça, perda de peso, entre outros; poderá ainda ocorrer a neutralização e naturalização do fenómeno, havendo assim uma tendência para desvalorização, fazendo com que as vítimas esqueçam ou considerem normal esta problemática em contexto social (Barak, 2005).

De referir que há uma crescente e real preocupação por parte da academia, da sociedade civil, do poder político e legislativo perante o aumento de casos de violência reportada e consequente assédio sexual através das redes sociais digitais. Apesar desta preocupação existir, estas entidades demonstram a existência de diversas falhas nas respostas que fornecem às vítimas, tanto no seu apoio generalizado como no conhecimento efetivo da problemática (Henry & Powell, 2016).

Estudos demonstram que existem respostas básicas, mas de extrema importância de forma a minimizar as consequências do assédio sexual. Em primeiro lugar, existe o foco na prevenção, onde é necessário adotar medidas de desconstrução de estereótipos, relativamente ao ato e aos intervenientes – assediador/a e vítima. Dever-se-á promover a tomada de conhecimento e consciencialização através de campanhas nas escolas, nomeadamente através de debates junto dos adolescentes e da comunidade educativa. Sendo de salientar que a prevenção está relacionada com a criação de mecanismos de autoregulação e monitorização de forma a filtrar as informações suscetíveis que possam aparecer nas redes sociais (APAV, 2015; Duggan, 2014; Lindsay & Krysik, 2012; Staude-Müller et al., 2012).

Em segundo lugar, e de forma atuar após uma situação de assédio sexual em contexto online, a comunidade científica, ressalva que é crucial que a vítima perceba que a culpa pelo assédio sofrido não é sua, considerando o ato ofensivo e inaceitável, sendo aconselhável, que demonstre o seu desagrado e rejeição, através do bloqueamento, remoção de amizade, reportação ou denúncia. Por fim, demonstram que as vítimas devem partilhar o sucedido com as pessoas mais próximas (p.e. amigos, familiares...), procurar ajuda junto as estruturas de apoio à vítima e denunciar às forças policiais. Estas últimas, são de extrema importância, pois são elas que permitem atribuição de culpa e responsabilidade legal ao agressor/a, fazendo com que as queixas

das vítimas sejam levadas a cabo, de forma a minimizar as futuras agressões e todas as suas consequências (APAV, 2015; ASGVCV, 2016; Barak, 2005; Bonar et al., 2019; Guan & Subrahmanyam, 2009; Hust, Adams, et al., 2017; Hust, Marett, et al., 2013; Li et al., 2017; Maas et al., 2019; MacPherson et al., 2018; Staude-Müller et al., 2012).

2. METODOLOGIA

Com o objetivo de melhor compreender o assédio nas redes sociais digitais, levamos a cabo um estudo de cariz quantitativo. Pretendemos i) caracterizar as interações sociais, especificamente o assédio sexual, através das redes sociais digitais; ii) identificar as estratégias utilizadas na relação entre o/a agressor/a e a vítima; iii) caracterizar a vítima em função do sexo, idade e local de residência; iv) identificar o impacto do assédio na vítima; v) e perceber se a vítima solicitou apoio junto de estruturas de atendimento à vítima ou se denunciou às autoridades.

Para o efeito, foi elaborado um inquérito por questionário de carácter anónimo, confidencial e voluntário, destinado à população em geral através da plataforma Google.

O questionário é composto por sete variáveis sociodemográficas e vinte e duas sobre o uso das redes e as tipologias de vitimação/agressão, duas numa escala tipo *likert* acerca das perceções sobre a vitimação e por último uma questão de resposta aberta “O assédio sofrido, mudou em alguma coisa a sua vida? Se sim, em que medida” e que foi sujeita a uma análise de conteúdo, sobre o impacto do assédio na vítima.

Após a sua realização este foi submetido a um pré-teste, tendo sido solicitado o seu preenchimento a duas turmas de estudantes do I ciclo de estudos. Com base neste pré-teste, foram efetuadas algumas reformulações em função das dificuldades de compreensão sentidas pelos estudantes, por forma a garantir que as questões se tornem mais claras e acessíveis.

O modelo final do questionário, foi submetido à apreciação da Comissão de Ética do Instituto Universitário de Ciências da Saúde – CESPU, e disponibilizado *online*, através das redes sociais.

Os dados dos inquiridos foram reunidos numa folha de cálculo Excel e posteriormente analisados através de um programa estatístico IBM SPSS (versão 26) tendo sido efetuadas análises descritivas.

A amostra, de acordo com as tabelas seguintes, constitui-se de 543 participantes, com idades entre os 15 anos e os 70 anos (M= 27,66; DP=. 11,53); tratando-se de uma população jovem. A maioria dos participantes são do sexo feminino (85,1%); solteiros (73,1%); como 12º ano (44,2%) ou bacharelato/licenciatura (37,6%); estudantes (57,1%) e trabalhadores (35,4%); de nacionalidade portuguesa (97,8%); sobretudo da região norte, designadamente do distrito do Porto (54,7%).

Tabela 1

Descrição sociodemográfica dos participantes

		n	%
Sexo	Feminino	462	85,1
	Masculino	81	14,9
Estado civil	Casado/a/União de Facto	119	21,9
	Solteiro/a	397	73,1
	Divorciado/a	23	4,2
	Viúvo/a	4	,7
Habilitações literárias	4.º Ano Ensino Básico	5	,9
	6.º Ano Ensino Básico	1	,2
	9.º Ano Ensino Básico	25	4,6
	12.º Ano Secundário	240	44,2
	Bacharelato/Licenciatura	204	37,6
	Ensino Básico Incompleto	8	1,5
	Mestrado/Doutoramento	60	11,0
Situação profissional	Desempregado/a	34	6,3
	Estudante	310	57,1
	Reformado/a	7	1,3
	Trabalhador/a	192	35,4
Nacionalidade	Portuguesa	531	97,8
	Outra	11	2,0
	Sem resposta	1	,2
Região de Residência atual	Aveiro	38	7,0
	Braga	59	10,9
	Bragança	5	,9
	Coimbra	2	,4
	Évora	2	,4
	Faro	4	,7
	Funchal	1	,2
	Leiria	4	,7
	Lisboa	16	2,9
	Porto	297	54,7
	Santarém	2	,4
	Setúbal	3	,6
	Viana do Castelo	9	1,7
	Vila Real	44	8,1
	Viseu	8	1,5
	Ilhas	25	4,6
	Estrangeiro	8	1,5
	Outra	11	2,0
	Sem resposta	5	,9
			543

Tabela 2

Participantes – idade

Idade	N	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
-------	---	-------	---------------	--------	--------

3. RESULTADOS

A totalidade dos participantes refere o uso das redes sociais, surgindo o *Facebook* (92,3%) e o *Instagram* (87,8%) como os mais usados; sobretudo a partir de redes privadas (73,1%). Os dados mais partilhados são o nome (95,9%), o concelho de residência (50,5%) e o local de trabalho (25,4%). A maioria despende entre 2 a 3 horas/dia (32,4%) e 2 a 7 horas dia (21,4%), sendo o telemóvel e computador (51,3%) ou só o telemóvel (36,3%) como os equipamentos mais utilizados para o acesso às redes sociais. As principais finalidades do uso das redes sociais são para manter contacto com os amigos (93,9%), nas compras online (30,4%), e no conhecimento de novas pessoas (16,0%). Sendo o uso das redes sociais usada, numa significativa parte, para fins relacionados com a amizade/amigos, os números de amigos reportados revelam uma resposta mais diversificada desde os 100 amigos até mais de 1000 (ver tabela 3).

Tabela 3

Redes sociais: usos, tipologias e características

		n	%
Uso das redes sociais	Sim	543	100
	Não	0	0
Tipo	Facebook	512	94,3
	Instagram	477	87,8
	Twitter	142	26,2
	Linkedin	110	20,3
	Skype	71	13,1
	Outra	39	7,2
Tempo de uso	1h - 2h	166	30,6
	2h - 3h	176	32,4
	3h - 7h	116	21,4
	Mais de 7h	15	2,8
	Menos de 1h	68	12,5
	Não sabe / Não responde	2	,4
Rede de acesso	Privada	397	73,1
	Pública	127	23,4
	Ambos	19	3,5
Que informação disponibiliza no seu perfil público?	Nome	537	95,9
	Email	88	16,2
	N. Telemóvel	14	2,6
	Concelho de residência	274	50,5

	Local de trabalho	138	25,4	
	Outras	16	2,9	
Equipamentos de acesso	Telemóvel	197	36,3	
	Telemóvel; Computador	280	51,3	
	Telemóvel; Computador; Tablet	48	3,8	
	Telemóvel; Tablet	13	2,4	
	Outros	5	0,9	
	O que procura maioritariamente nas suas redes?	Conhecer pessoas	87	16,0
		Manter contacto com amigos	510	93,9
Procurar Emprego		94	17,3	
Encontrar parceiro íntimo		1	0,2	
Publicidade		50	9,2	
Criar interação com marca, emprego, fig. pública		71	13,1	
Compras online		165	30,4	
Outros		53	9,8	
Em média quantos amigos tem em cada rede social que possui?		Menos de 100	27	5,0
		Entre 100 e 299	146	26,9
	Entre 300 e 499	120	22,1	
	Entre 500 e 999	135	24,9	
	1000 ou mais	114	21,0	
	Não sabe	1	0,2	

Um pouco mais de metade refere já ter sido assediado nas redes sociais (51,7%), sendo que é frequente que seja por mais que um agressor, sobretudo entre 3 a 5 agressores (15,85%) ou mais de 5 agressores (17,7%). A frequência/regularidade do assédio reportado é sobretudo 1 a 2 vezes por mês (10,1%). O agressor é sobretudo do sexo masculino (45,55%) e desconhecido da vítima (37,9%). A tipologia de assédio mais comum são as propostas de natureza sexual (33,3%), contactos indesejados e persistentes (32%). Em face desse assédio as reações mais comuns foram a de bloquear o contacto na rede social (42,5%), ignorar (33,5%) e remover amizade (26,7%) (ver tabela 4).

Tabela 4

Assédio nas redes sociais: frequência, tipologias e características

		n	%
Ao navegar nas suas redes, considera que alguma vez foi assediado/a?	Sim	281	51,7
	Não	261	48,1
	Não responde	1	0,2
Por quantas pessoas foi assediado/a	Por 1	4	0,7
	Por 2	54	9,9
	Entre 3 a 5	86	15,85

	Mais que 5	96	17,7
	Nenhuma	234	43,1
	Não sabe precisar/Não responde	69	12,7
Foi assediada por mais do que uma pessoa?	Pontual (1 a 5 vezes no total)	13	2,4
	1 a 6 vezes por ano	3	0,6
	Mais de 5 vezes por mês	6	1,1
	2 a 4 vezes por mês	13	2,4
	1 a 2 vezes por mês	55	10,1
	1 a 3 vezes por semana	2	0,4
	Todos os dias	2	0,4
	Não sabe precisar	188	34,6
Que relação tinha com essa/s pessoa/s?	Não responde	261	48,1
	Desconhecido	206	37,9
	Conhecido	58	10,7
	Amigo	9	1,7
	Familiar	1	0,2
	Alguém já tinha tido um relacionamento íntimo	1	0,2
	Por várias ou todas as opções anteriores	8	1,5
	Não responde	260	47,9
Que comportamento é que foram dirigidos sobre si através das redes sociais/digitais, na sequência desse contacto?	Insultos / Difamações	46	8,5
	Ameaças à integridade física	13	2,4
	Contactos indesejados e persistentes	174	32,0
	Propostas de natureza sexual	181	33,3
	Ameaça que irá disponibilizar fotografias ou vídeos seus	17	3,1
	Outros	8	1,5
Qual o sexo da pessoa que a assediou?	Masculino	247	45,5
	Feminino	13	2,4
	Ambos	21	3,9
	Prefere não dizer	5	0,9
	Não responde	257	47,3
Como é que reagiu face a esses comportamentos?	Ignorou	182	33,5
	Retaliou	15	2,8
	Apresentou queixa	10	1,8
	Retirou amizade	145	26,7
	Mudou o nome	0	0
	Eliminou o contacto	19	3,5

	da rede social		
	Bloqueou o contacto da rede social	231	42,5
	Outros	7	1,3

Quanto ao impacto do assédio, os participantes reportam a experiência como muito perturbadora (38,9%) e consideram que a outra pessoa que vivenciou esta experiência foi com extrema importância (24,5%). Apesar de ser uma experiência perturbadora, apenas sensivelmente metade é que partilhou com familiares e uma significativa parte não apresentou queixa às autoridades, nem amigos ou colegas e a uma significativa parte não apresentou queixa nas autoridades policiais e não procurou ajuda nas estruturas de atendimento à vítima (ver tabela 5).

Tabela 5
Perceção do impacto do assédio nas redes sociais

		n	%
Como avalia essa experiência?	Muito perturbador	211	38,9
	Perturbador	62	11,4
	Pouco perturbador	23	4,2
	Normal	9	1,7
	Totalmente normal	21	3,9
	Não responde	217	40,0
Como considera que a outra pessoa vivenciou esta experiência?	Sem importância	46	8,5
	Pouca importância	29	5,3
	Moderada importância	61	11,2
	Elevada importância	57	10,5
	Extrema importância	133	24,5
	Não responde	217	40,0
Fez qualquer tipo de partilha, com os seus familiares, amigos e colegas sobre o sucedido?	Sim	170	33,0
	Não	124	22,8
	Não responde	240	44,2
Apresentou queixa às autoridades policiais?	Sim	7	1,3
	Não	292	53,8
	Não responde	244	44,9
Procurou ajuda junto de alguma estrutura de atendimento à vítima?	Sim	3	0,6
	Não	296	54,5
	Não responde	244	44,9

Em relação à questão de resposta aberta **“O assédio sofrido, mudou em alguma coisa na sua vida? Se sim, em que medida?”**, 71,8% dos participantes não respondeu a esta questão. Das respostas obtidas, 19% (n=103) afirmam não ter sentido qualquer alteração no seu comportamento; e 9% (n=49) relataram que passaram a ter mais precaução na aceitação de pedidos, aceitando só pedidos de

personas que lhes eram conhecidas. Alguns ainda consideram, que a maneira como se expõem nas redes terá mudado tendo mais cautela; ocorreu o surgimento da sensação de alerta e de desconfiança aquando da navegação nas redes, bem como, a mudança a nível afetivo e social, pois alguns ditam que houve dificuldade no retorno ao processo de socialização.

4. DISCUSSÃO

Conhecer a realidade é a melhor forma de se conseguir criar estratégias de prevenção eficazes e concertadas. Numa análise geral das características sociodemográficas da nossa amostra e de acordo com as tabelas 1 e 2, percebemos que a esmagadora maioria dos inquiridos pertencem a grupos jovens, estudantis e do sexo feminino. Esta observação, vai corroborar com a maioria dos estudos analisados como ASGVCV (2016), Barak (2005), Bennett et al. (2011), Bonar et al. (2019), Finn (2004), Guan e Subrahmanyam (2009), Henry e Powell (2016), Hust, Adams, et al. (2017), Hust, Marett, et al. (2013), Krieger (2017), Li et al. (2017), Lindsay e Krysik (2012), Maas et al. (2019), MacPherson et al. (2018), Staude-Müller et al. (2012), Tamaél et al. (2005), onde a amostra predileta ou a que mais vezes é vista/analizada é definida sensivelmente por estas 3 características.

Relativamente à percentagem dos participantes que são do sexo feminino (85,1%), verifica-se que esta encontra-se bastante elevada, tendo assim, em consequência, os resultados sobre estimados e uma alta taxa de vitimização para este sexo, o que aconteceu neste estudo e em outros como o de Staude-Müller et al. (2012) ou o de Goodson et al. (2001). Porém, em estudos como, Bennett et al. (2011), estes já enumeram que, apesar da amostra sempre maioritariamente do sexo feminino, as taxas de vitimização têm valores mais próximos entre os sexos, havendo assim, exceções que fogem um pouco ao tipo padrão de vítima.

É importante denotar, que não é por as mulheres terem altas taxas de vitimização, que são elas efetivamente, as mais abrangidas pela problemática, havendo aqui um certo paradoxo. Esta circunstância está muito relacionada com o facto de serem usualmente as mulheres que optam mais por responder aos inquéritos em comparação com os homens. Isto, pode ser explicado pela alta sensibilização que a temática pode instigar na mulher, tonando as taxas de participação mais elevadas.

Apesar desta sobre estimação direcionada para o sexo feminino ser uma real limitação na obtenção de resultados generalizados, é de realçar que todos os estudos feitos em redor da temática, tornam o problema, bem estudado junto da comunidade científica. Isto já não acontece nos homens, pois eles em contrapartida são aqueles que menos participam, podendo deste modo apresentar taxas inferiores de vitimização. Todavia, há que ressaltar que as estatísticas, têm vindo de forma consistente a afirmar, que a violência é sobretudo exercida sobre mulheres e crianças/jovens.

De acordo com a Tabela 3, dos 543 participantes, 100% diz usar as redes sociais digitais demonstrando aqui o asoberbo uso deste meio de comunicação, por parte de uma amostra, de jovens estudantes. Através dos resultados obtidos e de acordo com

os autores Barak (2005), Bennett et al. (2011), Duggan (2014), Finn (2004), Guan e Subrahmanyam (2009), Goodson et al. (2001), Henry e Powell (2016), Lindsay e Krysik (2012) ou Staude-Müller et al. (2012), confirma-se efetivamente a ideia, que o uso da internet e conseqüentemente das redes digitais é um uso promissor com escalas muitíssimo elevadas e com tendência generalizada. Os participantes utilizam mais em meio online as redes sociais, como na linha da frente o *Facebook* (94,3%) e de seguida o *Instagram* (87,8%).

De uma forma geral, estas duas plataformas, são aquelas que mais utilizadores possuem entre a comunidade, havendo assim uma taxa de relevância imposta, pois quanto mais usuários as plataformas possuírem, mais são os acessos, os meios e as oportunidades para alguém se demonstrar assediador/a e um/a outro/a se evidenciar como vítima. A esmagadora maioria dos participantes ressaltaram que o procuram nas suas redes é a manutenção do contacto com amigos (93,9%) e as compras online (30,4%). Esta adesão, foi surpreendente, pois apesar de serem esperadas, existiam outras opções de resposta que poderiam possuir igual ou superior aposta por parte dos participantes. Tais como, a procura de parceiro íntimo ou o conhecimento de novas pessoas, que na verdade corresponderam a uma adesão muito ínfima com uma percentagem de 0,2% e 16%, respetivamente. Esperava-se que, com a nossa tipologia de amostra – jovem, estudante e solteira – obter um maior número de casos de utilização das redes com objetivo de encontrar parceiro íntimo, o que aconteceu nos estudos de Bennet et al. (2011), Duggan (2014), Finn (2004) e Henry e Powell (2016).

Em relação à Tabela 4, conseguimos encontrar ligeiras incoerências nas respostas dadas, onde se ressalva de imediato as duas primeiras questões – “Ao navegar nas suas redes, considera que alguma vez foi assediado/a?” e “Por quantas pessoas foi assediado/a”.

Na 1ª questão, 51,7% (n=281) dos inquiridos, manifestam que foram assediados em alguma altura das suas vidas e concomitantemente 48,1% relatam que tal ato nunca lhes tinha acontecido. Com a 2ª questão, esperava-se que os participantes que responderam “não” à anterior pergunta, teriam de evidenciar resposta também ela negativa o que não se verificou em parte, já que só 43,1% é que chegaram a afirmar que nenhuma pessoa lhe tinha assediado. Logo, esta percentagem teria de rondar os 48,1%, caso todos os inquiridos dessem respostas coerentes. Esta diferença pode ser explicada, pelo desconhecimento sobre a problemática. Em contrapartida 17,7% diz ter sido abordada por mais de 5 pessoas diferentes, demonstrando assim, o potencial da internet no assédio, bem como, o facilitismo e rapidez que lhe está iminente.

Como se sabe, a amostra é composta por jovens, estudantes e do sexo feminino, logo é natural e propenso que a taxa de inquiridos que sofreram assédio seja composta por estas 3 características. Disto isto, verifica-se que a maioria das vítimas são jovens, estudantes e do sexo feminino, corroborando com a maioria de estudos analisados como, ASGVCV (2016), APAV (2015), Barak (2005), Bennett et al. (2011), Bonar et al. (2019), Duggan (2014), Finn (2004), Guan & Subrahmanyam (2009), Goodson et al. (2001), Henry e Powell (2016), Hust, Adams, et al. (2017), Hust, Marett, et al. (2013), Krieger (2017), Li et al. (2017), Lindsay e Krysik (2012), Maas et al. (2019), MacPherson et al. (2018), Staude-Müller et al. (2012), Tamaél et al. (2005).

A amostra também demonstrou um outro aspeto curioso, pois à pergunta “Qual a relação que tinha com a pessoa?” 47,9% não chegaram a responder e 37,9% diz-nos que a relação entre a vítima e o/a assediador/a era desconhecida, isto é, a vítima não conhecia realmente a pessoa que estava do outro lado. Este facto, corrobora os estudos de Duggan (2014) e Finn (2004). Porém esperava-se que com o nosso tipo de amostra, obter-se uma percentagem superior no - assediador conhecido - devido à normal procura de parceiros entre jovens, às próprias relações que ficam entre ex-parceiros, ou até mesmo às ligações em meio familiar ou desportivo, como no caso de treinadores. Lindsay e Krysik (2012) e Henry e Powell (2016), corroboram estes dados, já que declaram taxas superiores de agressores conhecidos, num contexto de amostra muito similar.

Os principais manifestos perpetuados entre o agressor e a vítima foram na ordem das propostas de natureza sexual (33,3%) e os contactos indesejados e persistentes (32,0%). Estes dados, demonstram de forma esperada, que as manifestações vão muito ao encontro das designações de assédio sexual que existem em literatura.

A amostra também espelhou, como já esperado, que o sexo da pessoa que assediou é primordialmente o masculino (45,5%), havendo assim um grande reforço do padrão agressor, associado a estudos em literatura como Barak (2005), Bennett et al. (2011). Em contrapartida muitos dos indagados não chegaram sequer a responder (47,3%) à questão, fazendo com que a percentagem na afirmação, do sexo masculino ser aquele que mais assedia, ser mais baixa em comparação com a literatura.

Em consequência do assédio sofrido, as vítimas requereram que as principais atitudes após o ato foram: bloquear o contacto da rede social (42,5%), ignorar (33,5%) e por fim, a retirada de amizade (26,7%). Estes 3 comportamentos, já eram em maioria esperados, já que a literatura a constata, como em Finn (2004) ou Duggan (2014). Porém existe particularmente, um comportamento – a apresentação de queixa - que poderia e deveria ter valores mais elevados, pois só é através dela que há a efetiva reportação do assédio sofrido em entidades que permitem a responsabilização e culpabilização do assédio.

Através da Tabela 5, onde está evidente a análise feita às perceções do impacto do assédio nas redes sociais, à pergunta “Como avalia essa experiência?”, 40% não chegou a responder e 38,9% das vítimas avaliaram o incidente como muito errado e perturbador. Esta última percentagem, já demonstra que o assédio sofrido, não foi encarado com banalidade e normalidade por parte da vítima. Por sua vez, a vítima também avaliou a experiência na perspetiva do/a agressor/a, considerando que a experiência foi vista com extrema importância, não sendo nada perturbador para ele/ela (24,5%). Estas variáveis, tiveram percentagens diferentes, mas relativamente equilibradas, isto devido, as perspetivas que as vítimas possuem. Já que nem todas as pessoas percecionam um acontecimento da mesma forma, existem umas que os rotulam como muito perturbador sendo mais suscetíveis e outras que abordam com normalidade sendo, menos suscetíveis. Isto vai ao encontro dos estudos de Finn (2004), Guan & Subrahmanyam (2009) e Barak (2005). Nestes participantes, a partilha com amigos e/ou familiares obteve uma adesão de 33,5%, onde 44,2% não chegou a responder proporcionando assim números mais baixos que os esperados. Contudo, já se torna notório a clara propensão para o caminho da partilha.

Relativamente à apresentação de queixa como na procura de ajuda em estruturas de atendimento à vítima, estas duas variáveis obtiveram valores muito baixos, 1,3% e 0,6%, respetivamente. Apesar de já serem um pouco esperados devido à falta de consciencialização e de sensibilização junto da comunidade como aconteceu no estudo de Finn (2004), onde a maioria não denunciou. Salienta-se que estes valores em estudos futuros poderão vir a ser mais elevados, já que a sociedade esta a potenciar a consciencialização, no sentido de minimizar o surgimento de assédio, e em desmistificar os estereótipos enraizados, bem como, na própria educação junto das escolas e das entidades educativas APAV, (2015), ASGVCV (2016), Barak (2005), Bonar et al. (2019), Guan e Subrahmanyam (2009), Hust, Adams, et al. (2017), Hust, Marett, et al. (2013), Li et al. (2017), Lindsay e Krysik (2012), Maas et al. (2019), MacPherson et al. (2018), Staude-Müller et al. (2012)

Por último e relativamente à variável de reposta aberta que permitia à vítima descrever o impacto na vivência do assédio sofrido – “O assédio sofrido, mudou em alguma coisa a sua vida? Se sim, em que medida?”, apenas 9% dos participantes responderam à questão. Os resultados obtidos vão ao encontro da literatura, sendo uma população maioritariamente jovem e que tendem a relativizar e naturalizar alguns desses comportamentos, como dizem os autores ASGVCV (2016), Barak (2005), Bonar et al. (2019) Li et al. (2017), Maas et al. (2019), MacPherson et al. (2018).

Neste estudo, salienta-se algumas limitações que se baseiam no facto da nossa amostra ser constituída tipicamente por jovens, estudantes e do sexo feminino, o que vai desde logo ao encontro da maioria dos estudos que abordam a temática, sobre estimando os resultados relativos a estas características. Caso tivéssemos uma amostra mais heterogénea no que concerne a idades, sexo e ao contexto socio demográfico, teríamos efetivamente uns resultados mais ricos e generalizados.

5. CONCLUSÃO

A internet devido ao seu carácter de globalização e as suas características particulares fez surgir a tipologia de assédio sexual em meio online, fazendo desta uma prática cada vez mais conhecida e comum. Por ser uma problemática com um enorme potencial, decidimos estudá-la de forma a melhor compreender o fenómeno.

Assim sendo, este estudo apresenta as seguintes conclusões, que:

- i. todos os participantes são utilizadores assíduos das redes sociais;
- ii. mais de 50% afirma ter sido vítima de assédio sexual através das redes sociais;
- iii. as vítimas relataram que foram assediadas por desconhecidos do sexo masculino;
- iv. os principais comportamentos de assédio sexual foram: contactos indesejados e persistentes e as propostas de natureza sexual;
- v. segundo as vítimas, após o assédio, bloquearam ou “retiram amizade”;
- vi. o pedido de ajuda junto de estruturas de atendimento à vítima e a denúncia às autoridades foi muito residual;
- vii. as vítimas consideraram o ato perturbador tendo-as afetado negativamente.

Estes dados demonstram que é urgente que se conheça o fenómeno por forma a garantir a responsabilização e culpabilização, já que é de difícil deteção e controlo. É

urgente a implementação de estratégias preventivas e interventivas de combate, que abordem tanto a vítima como o agressor/a em toda a sociedade.

Assim sendo, torna-se crucial que haja a real intervenção nas escolas, nas plataformas comunitárias, ou nos próprios municípios, de forma a sensibilizar os docentes, os pais, os alunos e toda a comunidade de todas as faixas etárias, no sentido de ocorrer uma alteração de atitudes e crenças e conseqüente desmistificação do assédio sexual.

É fulcral conhecer as diferentes estruturas de atendimento à vítima, e incentivar à procura de ajuda, bem como à denúncia dos crimes junto das forças e serviços de segurança.

Por fim, é fundamental que se criem e que sejam revistas as estratégias preventivas e interventivas de combate a todas as formas de vitimação.

6. BIBLIOGRAFIA

ASGVCV, Ação de saúde sobre género, violência e ciclo de vida. (2016). *Violência interpessoal: abordagem, diagnóstico e intervenção nos serviços de saúde* (2nd ed.). Lisboa: Gráfica Comercial;

Barak, A. (2005). Sexual Harassment on the Internet. *Social Science Computer Review*, 23(1), 77-92. <https://doi.org/10.1177/0894439304271540>;

Bennett, D. C., Guran, E. L., Ramos, M. C., & Margolin, G. (2011). College students' electronic victimization in friendships and dating relationships: anticipated distress and associations with risky behaviors. *Violence and victims*, 26(4), 410-429. <https://doi.org/10.1891/0886-6708.26.4.410>;

Biber, J. K., Doverspike, D., Baznik, D., Cober, A., & Ritter, B. A. (2002). Sexual harassment I online communications: effects of gender and discourse medium. *Cyberpsychology & behavior: the impact of the Internet, multimedia and virtual reality on behavior and society*, 5(1), 33-42. <https://doi.org/10.1089/109493102753685863>;

Bonar, E. E., Ngo, Q. M., Philyaw-Kotov, M. L., Walton, M. A., & Kusunoki, Y. (2019). Stealthing Perpetration and Victimization: Prevalence and Correlates Among Emerging Adults. *Journal of Interpersonal Violence*, Nov.27. Advance online publication. <https://doi.org/10.1177/0886260519888519>;

Duggan, M. (2014). Online Harassment. Pew Research Center, Internet & Technology. Disponível em: <http://www.pewinternet.org/2014/10/22/online-harassment/>;

Finn J. (2004). A survey of online harassment at a university campus. *Journal of interpersonal violence*, 19(4), 468-483. <https://doi.org/10.1177/0886260503262083>;

Goodson, P., McCormick, D., & Evans, A. (2001). Searching for sexually explicit materials on the Internet: an exploratory study of college students' behavior and attitudes. *Archives of sexual behavior*, 30(2), 101-118. <https://doi.org/10.1023/a:1002724116437>;

Guan, S. S., & Subrahmanyam, K. (2009). Youth Internet use: risks and opportunities. *Current opinion in psychiatry*, 22(4), 351-356. <https://doi.org/10.1097/yco.0b013e32832bd7e0>;

Henry, N., & Powell, A. (2016). Technology-Facilitated Sexual Violence: A Literature Review of Empirical Research. *Trauma, Violence & abuse*, 19(2), 195-208. <https://doi.org/10.1177/1524838016650189>;

Hust, S. J., Adams, P. M., Willoughby, J. F., Ren, C., Lei, M., Ran, W., & Marett, E. G. (2017). The Entertainment-Education Strategy in Sexual Assault Prevention: A Comparison of Theoretical Foundations and a Test of Effectiveness in a College Campus Setting. *Journal of Health communication*, 22(9), 721-731. <https://doi.org/10.1080/10810730.2017.1343877>;

Hust, S. J., Marett, E. G., Lei, M., Chang, H., Ren, C., McNab, A. L., & Adams, P. M. (2013). Health Promotion Messages in Entertainment Media: Crime Drama Viewership and Intentions to Intervene in a Sexual Assault Situation. *Journal of Health Communication*, 18(1), 105-123. <https://doi.org/10.1080/10810730.2012.688241>;

Krieger, M. A. (2017). Unpacking "Sexting": A Systematic review of nonconsensual sexting in legal, educational and psychological literature. *Trauma, violence and abuse*, 18(5), 593-601. <https://doi.org/10.1177/1524838016659486>;

Lindsay, M., & Krysik, J. (2012). ONLINE HARASSMENT AMONG COLLEGE STUDENTS: A replication incorporating new internet trends. *Information, Communication & Society*, 15(5), 703-719. <https://doi.org/10.1080/1369118X.2012.674959>;

Li, J. Y., Kim, S. H., & O'Boyle, J. (2017). "I Believe What I See": College Students' Use of Media, Issue Engagement, and Perceived Responsibility Regarding Campus Sexual Assault. *Journal of Health Communication*, 22(9), 772-782. <https://doi.org/10.1080/10810730.2017.1355419>;

Maas, M. K., Bray, B. C., & Noll, J. G. (2019). Online Sexual Experiences Predict Subsequent Sexual Health and Victimization Outcomes Among Female Adolescents: A Latent Class Analysis. *Journal of youth and adolescence*, 48(5), 837-849. <https://doi.org/10.1007/s10964-019-00995-3>;

MacPherson, S., Brown, E. C., Herold, B., & Narayan, A. (2018). Media-Facilitated Sexual Assault in Children and Teens. *Clinical Pediatrics*, 57(11), 1349-1353. <https://doi.org/10.1177/2F0009922818775744>;

Staude-Müller, F., Hansen, B., & Voss, M. (2012). How stressful is online victimization? Effects of victim's personality and properties of the incident. *European journal of Developmental Psychology*, 9(2), 260-274. <https://doi.org/10.1080/17405629.2011.643170>;

Tamaél, M. I., Alcará, A. R., & Di Chiara, I. G. (2005). Das redes sociais à inovação. *Ciência da informação*, 34(2), 93-104. <https://doi.org/10.1590/S0100-19652005000200010>;